

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA  
FAMÍLIA NA ESCOLA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**ANA MARIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO**

**Fortaleza, CE, Brasil.**

**2011**

# **GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA**

**Por**

**ANA MARIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Prof. Ms. Neila Pedrotti Drabach**

**Fortaleza, CE, Brasil.**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Curso de Pós-Graduação a Distância**  
**Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA  
ESCOLA**

Elaborada por  
**Ana Maria Nogueira do Nascimento**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Neila Pedrotti Drabach, Ms. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Reinaldo Marquezan, Dr. (UFSM)**

---

**Oséias Santos de Oliveira, Ms. (UFSM)**

**Fortaleza, 17 de setembro de 2011.**

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu marido que sempre me apoiou com suas palavras de ânimo. Aos meus pais, que acreditaram em mim e em todo esse percurso da minha vida acadêmica, apoiando minhas escolhas com carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que sempre me fortaleceu e me capacitou para a realização deste trabalho, juntamente com meu marido, meu filho e pais que estiveram lado a lado comigo nessa caminhada.

Também agradeço aos colegas que estiveram comigo durante as pesquisas, escutas e diálogos, encorajando-me a não desistir nos momentos de cansaço. Agradeço pelo apoio vindo de todos eles.

Com carinho e admiração agradeço à professora Neila, pela orientação e paciência, pelas leituras e pesquisas que me indicou colaborando desta forma com a realização deste trabalho.

A todos o meu muito obrigado.

Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola nas mãos, também. Tudo que a gente puder fazer no sentido e pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é assumir esse país democraticamente.

Paulo Freire

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA**

AUTORA: ANA MARIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO  
ORIENTADORA: NEILA PEDROTTI DRABACH  
Fortaleza/CE, 17 de setembro de 2011.

O presente estudo aborda a gestão democrática e a participação da família na escola, dando ênfase à gestão democrática do ensino público, assegurada como princípio da educação através da Constituição Federal em 1988, a qual remete a uma nova organização da escola na sua gestão. Partindo do entendimento de que a gestão democrática configura-se pela participação de todos os envolvidos na gestão da escola, buscou-se investigar em uma escola do sistema municipal de Fortaleza-CE quais ações da gestão escolar favorecem a participação da família, visando produzir conhecimentos sobre a realidade para repensar ou redirecionar os espaços de participação vivenciados na escola participante da pesquisa. Diante disso foram citadas as políticas educacionais que remete a relevantes agentes de participação, que fortalece o diálogo coletivo na gestão democrática. Nesse sentido a pesquisa orientou-se pelos seguintes objetivos: compreender a concepção de gestão democrática da escola, elucidando o conceito de participação nesse modelo de gestão; analisar os espaços de participação da família na gestão democrática da escola, a partir das atuais políticas educacionais; identificar a concepção de participação que a família, comunidade escolar e os gestores escolares, professores e funcionários têm e quais ações da gestão democrática favorecem a participação da família na escola, tendo como base uma pesquisa empírica realizada em uma escola do sistema municipal de Fortaleza-CE. Para tanto, essa pesquisa apoiou-se na abordagem qualitativa, utilizando como procedimento a investigação bibliográfica e a pesquisa empírica baseado no cotidiano de uma escola, promovendo uma reflexão participativa sobre a gestão democrática, família, comunidade escolar e gestores, buscando uma melhoria no ensino e aprendizagem e no envolvimento maior da família ou responsáveis nas atividades do ambiente escolar. Os resultados da pesquisa realizada revelam que a escola realmente vive um novo momento, o da construção da autonomia e do coletivo, sendo prioridade de seus agentes a participação e o diálogo, no sentido de rever velhas práticas para a construção do novo, principalmente a de rever o PPP da escola, isso após uma reflexão sobre a forma de melhorar a participação da comunidade e pais na reconstrução do PPP fortalecendo os laços de interação já construídos.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática, Participação, Família.

## **ABSTRACT**

Monograph Specialization  
Postgraduate Course Distance  
Lato-Sensu Specialization in Educational Management  
Universidad Federal de Santa Maria

### **MANAGEMENT AND DEMOCRATIC PARTICIPATION IN FAMILY SCHOOL**

AUTHOR: ANA MARIA NOGUEIRA DO NASCIMENTO

ADVISER: NEILA PEDROTTI DRABACH

**Fortaleza, 17th September, 2011**

This study addresses the democratic management and family participation in school, emphasizing the democratic management of public education, as a principle of education provided by the Federal Constitution in 1988, which refers to a new organization of the school in its management. Based on the understanding that the democratic management set by the participation of everyone involved in school management, we sought to investigate in a municipal school system in Fortaleza-CE school management actions which promote the participation of the family, to produce knowledge to reality to rethink or redirect the areas of participation experienced in school research participant. Given that educational policies have been quoted referring to relevant agents of participation, collective dialogue that strengthens the democratic management. In this sense the research was guided by the following objectives: to understand the concept of democratic management of the school, explaining the concept of participation in this management model, to analyze the opportunities for family participation in the democratic management of the school, from the current educational policies; identify the concept of participation that the family, school community and school managers, teachers and staff have and what actions promote democratic management of family participation in school, based on an empirical research conducted in a municipal school system in Fortaleza- EC. To this end, this research relied on a qualitative approach, using research literature procedure and empirical research based on the daily life of a school, promoting reflection on the participatory democratic management, family, community and school managers, seeking an improvement in teaching and learning and greater involvement of the family or guardians in the activities of the school environment. The results of the survey reveal that the school truly lives a new moment, the construction of autonomy and the collective, a priority of its agents participation and dialogue, to revisit old practices for new construction, especially to review PPP school, so after a reflection on how to improve community participation in rebuilding the country and strengthening the ties of PPP interaction already built.

**Keywords:** Democratic Management, Participation, Family.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Sistematização da questão 1.....	40
TABELA 2- Sistematização da questão 2.....	41
TABELA 3- Sistematização da questão 3.....	41
TABELA 4- Sistematização da questão 4.....	42
TABELA 5- Sistematização da questão 5.....	43
TABELA 6- Sistematização da questão 6.....	43
TABELA 7- Sistematização da questão 7.....	44
TABELA 8- Sistematização da questão 8.....	45
TABELA 9- Sistematização da questão 9.....	46
TABELA 10- Sistematização da questão10.....	46
TABELA 11- Sistematização da questão04.....	46
TABELA 12- Sistematização da questão08.....	47
TABELA 13- Sistematização da questão10.....	48
TABELA 14- Sistematização da questão11.....	49

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - UM BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO ESCOLAR: DE UM MODELO DE GESTAO CENTRALIZADO PARA UM MODELO PARTICIPATIVO.....	14
1.1 Gestão participativa e democrática da escola.....	20
CAPÍTULO II - OS FUNDAMENTOS E OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NA ESCOLA.....	23
2.1 Projeto Político Pedagógico e Conselho Escolar.....	26
2.2 A Participação da Família na Escola.....	31
CAPÍTULO III - EXPERIÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMILIA NA ESCOLA: O RESULTADO DA PESQUISA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA-CE.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS.....	54

## INTRODUÇÃO

O estudo sobre o tema Gestão Democrática e a participação da família na escola traduz um interesse profissional em investigar a importância da família e da comunidade escolar estar mais inseridas e participativas na gestão da escola, tendo em vista que essa parceria, segundo várias pesquisas no âmbito educacional, leva a uma melhor qualidade do ensino-aprendizagem do educando.

A relação entre a gestão escolar e a família tem perdido espaço na escola, com isso observa-se problemas pedagógicos, o que tende a dificultar o processo de aprendizagem dos alunos. Com a participação da família esses problemas podem apresentar melhorias, pois ela é fundamental no processo de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996, P.9), prevê em seu artigo 2 que “ A educação, dever da família e do estado (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho”, daí o interesse em estudar essas questões, visto que os resultados deste estudo poderão ajudar a pensar formas de se promover estratégias que possam servir de base para melhoria da educação e da gestão.

Diante da reconhecida importância da interação da família e da escola na aprendizagem dos estudantes, esta pesquisa visa investigar quais ações da gestão democrática favorecem a participação da família em uma escola do sistema municipal de Fortaleza-CE.

Esse problema de pesquisa visa produzir conhecimentos sobre a realidade para repensar ou redimensionar os espaços de participação vivenciados na escola participante da pesquisa, visando aprimorar esses espaços com vistas a uma participação efetiva da família na escola. A família que é participativa no contexto escolar traz reflexos positivos na educação dos filhos (educando), dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido a pesquisa orienta-se pelos seguintes objetivos: compreender a concepção de gestão democrática da escola, elucidando o conceito de participação nesse modelo de gestão; analisar os espaços de participação da família na gestão democrática da escola, a partir das atuais políticas educacionais; identificar a concepção de participação que a família, comunidade escolar e os gestores escolares, professores e funcionários têm e quais ações da gestão

democrática favorecem a participação da família na escola, tendo como base uma pesquisa empírica realizada em uma escola do sistema municipal de Fortaleza-CE.

Para tanto, será levado em consideração os avanços ocorridos na educação de hoje até a prática e adesão de uma gestão escolar democrática, que segundo Freire (1997) é vista como aquela que convoca os que vivem no entorno da escola no sentido de participarem, de tomarem um pouco do destino da escola em suas mãos. Daí ser tão relevante nesse trabalho de pesquisa a questão das políticas educacionais, questionando-se como uma gestão escolar pode melhorar a qualidade do ensino através da construção de seu Projeto Político Pedagógico, o estabelecimento de um Conselho Escolar atuante, fortalecendo assim os espaços de participação da família na escola.

A metodologia utilizada na pesquisa segue a abordagem qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica relacionada à temática, como os estudos de Paro (2001), Luck (2005), Freire (1997), Demo (2001), Bordenave (1983), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) e outros artigos, e da pesquisa empírica, através de questionários com dez itens (em anexo) contendo perguntas que estão diretamente ligadas ao tema da participação da família na escola e como isso afeta de maneira positiva no aprendizado do aluno, tendo sido aplicado aos gestores, professores, funcionários e aos pais. Foram feitas entrevistas com os gestores de modo a ser observado seu envolvimento direto na participação dos pais e dos atores que fazem parte da escola, sendo questionada também como os mesmos vêem a democratização da escola pública se a participação da família para eles é algo positivo dentro do ambiente escolar, tudo foi realizado em uma escola municipal de Fortaleza - CE.

A monografia está estruturada em capítulos, dos quais, o primeiro traz um breve histórico da gestão escolar, apontando que esta até bem pouco tempo era centralizada, onde não havia espaço para participações, porém após a década de 1980 passa a ter legalmente um enfoque democrático e participativo na escola. O segundo capítulo traz uma discussão teórica sobre os conceitos de gestão democrática e participação, interligados aos instrumentos de gestão democrática da escola como o Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar e a importância da participação da família na escola. No terceiro capítulo, apontam-se os resultados da pesquisa em uma escola do sistema municipal de Fortaleza-CE, constatando-se que a participação da família na escola é um elemento favorável ao ensino

aprendizagem dos educandos, mas que precisa ser ampliado, além de apontar para perspectivas futuras.

# **CAPÍTULO I**

## **UM BREVE HISTÓRICO DA GESTÃO ESCOLAR: DE UM MODELO DE GESTÃO CENTRALIZADO PARA UM MODELO PARTICIPATIVO**

A História da Educação Brasileira passou por momentos marcantes com raízes fortes na nossa colonização. Faremos, nesse capítulo, uma retrospectiva histórica da nossa educação desde o início da história do Brasil, apontando as muitas lutas da época e os entraves que este momento traz para nossa educação atual, podendo ainda se ver refletido no presente um pouco da história, embora já tenhamos alcançado hoje inúmeros avanços na educação.

Inicialmente, nossa educação era centralizada sem espaço para a participação, conforme destaca Paulo Freire, “Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas”. (2000, p.74). No período colonial pode-se observar bem tal condição antidemocrática, no qual a base marcante era a exploração econômica do grande domínio, com o poder dos senhores sobre os povos nativos (índios) e os africanos (trabalho escravo), sendo que o maior interesse era a exploração comercial da terra e das riquezas naturais.

Nesse período da nossa história a educação brasileira tem início com a chegada dos padres Jesuítas ao Brasil, juntamente com a vinda dos colonizadores. Sander (2005) identifica esse momento como “o encontro entre o mundo dos donos da casa e o mundo dos visitantes. O mundo dos povos nativos e o mundo dos povos latinos. O mundo dos conquistados e o mundo dos conquistadores” (2005, p.93).

Momento da história em que ocorreu a tomada do poder, tanto no plano econômico, como cultural e educacional. Os valores e práticas religiosas foram inseridos em um contexto globalizado, com tradições educacionais vindas dos países dominantes da época. Para Sander (2005), essa conquista cultural de natureza latina leva ao sugestivo conceito de globalatinização, desenvolvido pelo filósofo Jacques Derrida. Um conceito que traduz maiores interesse diretamente no campo educacional com transferências dos conhecimentos dos valores e das práticas tanto sociais, quanto educacionais da Europa para o Brasil.

Tudo foi feito mediante uma política de educação confessional, inicialmente com os Jesuítas que transmitiam a cultura latina para os aristocratizados que prevalecia, portanto o melhor ensino era para a classe dominante onde se tinha a

vez e voz sobre tudo. O Brasil continuava sobre o domínio dos senhores e sendo calado, portanto a voz que prevalecia era dos que dominavam. Para Paulo Freire:

A única voz no silêncio a que éramos submetidos, que poderia ouvir era do púlpito. As restrições às nossas relações de capitania eram as mais drásticas. Relações que, não há dúvida, nos teriam aberto possibilidades outras no sentido das indispensáveis trocas de experiências com que os grupos humanos se aperfeiçoam e crescem (2006, p.83).

Com a expulsão dos Jesuítas do território brasileiro a educação teve uma nova fase com a chegada do Ministro Marquês de Pombal em 1759. Houve mudanças no atendimento à clientela escolar, que antes apenas a elite branca e catequização aos índios aculturados. A idéia de uma escola pública gratuita desponta entre a sociedade, visto que em 1772 foi criado o primeiro imposto para financiar e manter os ensinos primários e médios, e a Constituição Federal outorgada em 1824 em seu artigo 179, propõe instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. No entanto, na prática, ocorreu somente para as classes mais ricas.

A partir disso, com o Ato Adicional de 1834, (FISCHIMANN, 1987, p.171) o governo central passou a se responsabilizar pela promoção e legislação do ensino no Município da Corte e pela Educação superior, delegando às províncias a competência para legislar e organizar a educação primária e média.

No finalzinho do segundo Império, Rui Barbosa lidera um movimento de reação à educação popular que não fosse à brasileira e lança a campanha de uma educação popular comprometida com a formação da cidadania e em defesa dos interesses nacionais.

Mesmo com a omissão da primeira Constituição da República, no ano de 1889, em matéria de educação, Benjamin Constant liderou no período Republicano uma reforma educacional baseada nos princípios doutrinários do positivismo francês os quais refletiram em um controle e organização mais rigorosa do ensino (ordem e progresso). Isso com relevância no controle da ordem, do comportamento e de práticas bem centralizadas, sendo referência para a educação. Segundo Sander (2005) o positivismo na educação revela-se na adoção de instrumentos de controle central e de uniformização do ensino.

No início do século XX, o positivismo iluminou decisivamente as teorias clássicas de administração, em particular o fayolismo dos franceses, o taylorismo e o

Fordismo norte americanos. Esses movimentos gerenciais da escola clássica invadiram rapidamente as áreas temáticas da administração, incluindo a do ensino. No Brasil, esses modelos refletiram-se na organização e administração pública inclusive na educação.

Tais modelos de gestão são decorrentes das mudanças dos modos de produção capitalista, a partir da industrialização, com implicações diretas na escola e na sua administração (gestão). O qual prevalecia à dualidade do ensino, um tipo de escola para o povo e outra para os burgueses. Fixava-se o ideário liberal, as idéias econômicas que foram transferidas para a educação, com fins a serem alcançados em benefício da classe dominante. Uma copia do modelo gerencial da fábrica na educação.

As características destes modelos de gestão foram transferidas para administração escolar, onde é possível identificar algumas delas nas escolas atuais. Por exemplo, no planejamento, na organização racional do trabalho pedagógico, os objetivos, funções burocráticas do trabalho em nome de uma eficiência e produtividade. O Fayolismo, o Taylorismo e o Fordismo, nesse período se estabeleceram com suas características bem semelhantes em diversos momentos daquele período, na qual tinha o objetivo e a prioridade de construir na escola uma gestão alinhada com os princípios capitalistas dominantes. Pode-se afirmar que tais modelos economicistas ainda são referências na educação e nos seus modelos de gestão.

Com inúmeras lutas na década de 1930 que acenavam para um momento melhor no ensino, ainda não havia tentativas de deflagração de um processo democrático, mesmo com as classes dominantes que já começavam a acenar verbalmente contra o analfabetismo, era notória ainda a presença das grandes oligarquias de base latifundiária. Isso veio a mudar com a deflagração da tomada de consciência político democrática da sociedade, oficialmente entre 1920 a 1930, a partir do voto livre e secreto. Todo esse período foi marcado por inquietudes políticas e econômicas, com dirigentes negadores do processo democrático tão importante para a época.

Diversas lutas com revoluções marcantes, como a de 1930, na qual as tentativas democráticas populares são negadas e fixadas atitudes racionárias na luta contra o comunismo. Os movimentos estavam desmantelados sem organização, muitas reivindicações populares, tanto pessoais, como pela a educação. Contudo as

facções revolucionárias colocam os seus interesses como priori, anulando assim diversas formas democráticas. O movimento da Escola Nova veio somar-se nessas lutas, marcando a história da legislação educacional brasileira. Como expressão deste movimento, tem-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação, no ano de 1932, tendo como base a corrente norte-americana da Escola Nova, que defendia ideais progressistas de educação e possuía princípios democráticos e de gratuidade do ensino. O Manifesto é uma referência para a educação pública comprometida com a promoção e defesa dos interesses nacionais.

Após esse período os pioneiros da educação transitam por uma esfera antidemocrática, caracterizado por um período de conflitos com os setores conservadores, tanto no âmbito educacional quanto na sociedade em geral. Contudo, com a deposição de Getulio Vargas em 1945 veio à primeira experiência democrática no Brasil, ressurgindo os antigos debates ideológicos, com idéias de liberdade e democratização da educação.

O momento é caracterizado por conflitos ideológicos entre os progressistas que defendiam as inovações pedagógicas (Escola Nova), e por conservadores da escola tradicional e da Igreja. É a disputa entre liberais e católicos, que foi gerada com o intuito dos conservadores colocarem de maneira vertical o modelo econômico de substituição de importações, restringindo, ao mesmo tempo, a educação de massas, optando-se pela tecnologia pronta, sendo excluída a noção de participação e cidadania.

Somente após 13 anos de discussão no Congresso Nacional, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61. Uma lei que faz prevalecer, a ideologia do velho sistema pré-capitalista, onde reafirma uma sociedade antidemocrática e com uma mentalidade retrógrada, dando lugar a uma sociedade inexperiente ao se falar de democracia. Isso levou a obstrução do processo de democratização do ensino e do desenvolvimento da sociedade. Foram vários os conflitos antes da aprovação da LDB, como o da escola pública versus escola particular. Segundo Paulo de Souza (p.30) dois argumentos moveram o setor privado contra o estatal: o filosófico, que dava à família o dever de educar e defendia a liberdade da escolha entre a escola particular e a pública; e o pragmático que, sem o auxílio do erário público, as escolas particulares, notadamente as confessionais, não sobreviveriam.

Com o Governo Militar, a partir de 1964, tudo ficou bem mais difícil em termos de democratização da educação e da sociedade. Em períodos anteriores pode-se ver a democratização da educação, mesmo acompanhada do paternalismo estatizante enraizado em nossa cultura, de maneira interpelada em vários momentos da história. Com a chegada dos militares isso seria mais negativo, nesse momento o país retrocede no pouco em que avançou em termos democráticos, pois os militares tinham como prioridade, salvaguardar o sistema capitalista, apoiado por movimentos internacionais (administrativo e financeiro), as políticas públicas educacionais são apoiadas por movimentos internacionais visando o investimento econômico no ser humano e também nas suas taxas de retorno individual e social.

A educação nesse período passa por reformas, como as do ensino superior e do ensino primário e secundário (1º e 2º graus, na época). Havia, com as reformas, manobras políticas com o objetivo de implantar a pedagogia tecnicista, o que resultou no fracasso do projeto pedagógico brasileiro, defendido pelos pioneiros da escola nova. Uma reforma antidemocrática, com disciplinas de caráter obrigatório e conteúdos ideológicos votados à conformação ao regime militar.

Saviani caracteriza como "Uma hipertrofia da sociedade política em detrimento da sociedade civil. (...) O Legislativo se absteve de legislar e fiscalizar, evitando entrar em atrito com o Executivo" (1987, p. 1490). Os donos do poder consolidavam o autoritarismo e uma democracia excludente. De acordo com Saviani:

Alei 5.692/71 completa o ciclo de reformas educacionais destinada a ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964. (...) tal ruptura política constituirá uma exigência para a continuidade da ordem sócio econômica. Considerando essa continuidade no âmbito sócio econômico é compreensível que uma continuidade também no que diz respeito à educação. E isto está refletido na educação (SAVIANI, 1987, p. 122).

Após o período de vinte e um anos de regime militar ditatorial, inicia-se o processo de redemocratização do Brasil no início dos anos 1980, a partir da eleição de governadores. O marco na história bastante visível foi à participação intensa das multidões entusiásticas nos comícios em prol da eleição direta para Presidente da República conhecida como movimento dos "caras pintadas". Um manifesto de punho

exclusivamente democrático. Esse cenário exigiu a elaboração de um novo código constitucional, com vistas a reelaborar o pacto político social, daí a promulgação de uma nova ordem constitucional - nascia a Constituição de 1988.

A Carta de 1988 dá início à instauração do regime democrático no Brasil e avanços relevantes que alicerçam o Estado Democrático de Direito Brasileiro no qual a cidadania e a dignidade das pessoas são objetivos primordiais, considerados a base para a realização do princípio democrático, pelo motivo de todos exercerem a democracia.

A Gestão Democrática da Educação Pública está assegurada em Lei: a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96. Contudo o princípio da gestão democrática mesmo tendo sido fixado no projeto aprovado, sofre algumas restrições, principalmente no seu campo de atuação, como afirma Tavares (2003), “limita-se ao ensino público como resultado de acordo de lideranças com os setores privatistas, na época nitidamente fortalecida” (TAVARES, 2003, p.47). Mesmo sendo de início uma proposta para todas as instituições de ensino tanto públicas como privadas e a todos os níveis de ensino, a gestão democrática era definida como aquela que traria benefícios a todos os segmentos da escola e a comunidade devido à participação coletiva. Existia nos grupos privatistas o desejo de que fosse limitada somente ao campo público estatal, mais adiante essa situação foi mudada. Pode-se afirmar que isso se deu com a conquista das forças civis democráticas, marcadas pelas lutas dos movimentos populares. O educador Paro (1997), afirma que, vê na gestão democrática a alternativa para que o ensino financiado pelo o Estado possa ser denominado público.

A Escola Pública, a partir da constituição de 1988, deve ser gratuita e universal, melhorando sua qualidade e democratizando a gestão. Para tanto, como reforça Cunha (1987), o ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos que o procuram, mas também, oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais.

A democracia no campo educacional sempre reivindicou o direito das pessoas de ter uma educação de qualidade de maneira mais ampla, envolvendo valores, prática de vida digna com a liberdade da participação. As mudanças na gestão educacional ocorreram nesse sentido, de se ter uma gestão escolar mais flexível a tomada de decisões junto à comunidade, caracterizada por um modelo participativo e democrático no sentido de envolver a todos que fazem parte do

cotidiano escolar, é o sentido da gestão democrática. Paro (1997) vê na gestão democrática a alternativa para que o ensino financiado pelo o Estado possa ser denominado público. A gestão participativa e democrática está combinada com a participação social, nas ações conjuntas com todos os atores da escola. Daí é relevante que a sociedade tenha uma atenção particular às mudanças de uma administração centralizadora nas escolas para aquela administração que vise princípios participativos e democráticos.

### **1.1 GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA DA ESCOLA**

A gestão escolar pela determinação da lei tem que ser pautada pelo princípio e pelo método democrático. Com o breve histórico que foi feito no início do capítulo, pode-se ver a retrospectiva de toda essa luta em prol da democratização da educação, e todas as restrições que lhe foram impostas por aqueles que mantêm o domínio, os que se colocam de maneira vertical na sociedade com o pensamento retrógrado de obtenção do poder.

Se compreendermos melhor o conceito de democracia, que dá a idéia de poder, no cotidiano escolar, essa política tem que ser vista, como aquela que decorre de um contrato firmado entre as pessoas que compõem essa instituição e leva em conta que o diálogo entre elas é condição para a sua operação. Daí tem-se uma ação política democrática construída junto com a participação coletiva.

Hoje, observam-se fortes movimentos populares engajados por todo mundo contra os regimes que negam ao povo o real direito de participar, isso se estende até as escolas no propósito de ver ações de uma gestão participativa. As pessoas preferem tomar suas próprias decisões e não transferi-las ao governo. Como esclarece Bordenave:

Pode haver gente assim, mas a maioria prefere a democracia. E para um crescente número de pessoas, democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições. Para elas democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação. (BORDENAVE, 1983, p.8).

Por conta da participação, uma escola que tem a gestão democrática suscita um processo político no qual as pessoas que trabalham nessa escola identificam problemas, discutem, planejam e avaliam as ações que são voltadas ao bom

desenvolvimento da instituição escolar, na busca de solucionar os problemas de maneira coletiva. Sem esquecer-se de realizar ações que criem e recriem alternativas democráticas no dia a dia da escola, nas relações de poder ali presentes coletivamente, com objetivo principalmente de aprimorar a formação e aprendizagem dos alunos.

Essa participação coletiva dá às pessoas dessa escola a oportunidade de controlarem o próprio trabalho, assumirem autoria sobre o mesmo e serem responsáveis por seus resultados, construindo e conquistando sua autonomia. Sendo a participação competente o caminho para construção contínua da autonomia. A gestão participativa como afirma a Heloísa Luck (2008, p. 54), se fundamenta, e reforça uma série de princípios interligados, que se expressam de forma subjacente nos vários momentos e expressões da participação. Estes princípios são: a democracia como uma vivência social comprometida com o coletivo; a construção do conhecimento da realidade em si; e a participação como uma necessidade humana.

Partindo do princípio que participação é uma conquista, Demo (1988) ressalta que:

Como também do conhecimento de que culturalmente não estamos acostumados a participar de modo pleno, compete aos gestores escolares abrir espaços para orientar essa conquista, em vez de se cobrar participação para a execução das ações que já tenham sido previamente decididas. Aos professores, alunos e pais de alunos cabem perceber que eles constroem a realidade escolar desde a elaboração do projeto pedagógico até a efetivação de sua vivência e ulterior promoção de transformações significativas. Não se trata de conceder, doar ou impor participação, mas sim de estimulá-la, de modo que se integre nesse processo contínuo. (DEMO, 1988, p.54).

A gestão participativa (democrática) da escola pública deve, portanto, preocupar-se em como está sendo vivenciada essa participação dentro da escola. Daí a importância dos que fazem parte diariamente desse cotidiano escolar se articular, para serem bem mais participativos, como foi visto acima pelo o autor Demo. Para tanto é preciso ter uma consciência segundo afirma Heloísa Luck (2008):

Que não se pode ter o processo de participação na escola de maneira apenas parcial. Ou ele é um processo que atinge a todos os segmentos do estabelecimento de ensino, ou corresponderá a simples ativismo utilizado para camuflar um esforço no sentido da manutenção da condição vigente na escola como um todo, em que uns decidem e outros executam, uns se omitem outros ocupam o espaço da decisão, ou em que ninguém decide e o

que todos fazem é continuar como sempre fizeram, sem consideração a resultados e possibilidades de melhorias e desenvolvimento (LUCK, 2008, p.62).

Com as palavras da autora pode-se afirmar que, pela participação de todos os segmentos atuantes da escola, ela transforma-se em um lugar onde se constrói a democracia. Seus membros precisam ser conscientes tanto do papel social que exercem, como na construção de uma instituição escolar mais verdadeira, onde suas ações e resultados apontam para essa consciência de mudanças, de trabalho conjunto. Isso em prol de uma educação de qualidade, mesmo que seja em longo prazo. Paulo Freire (2006), fala de mudança, uma palavra que caracteriza o regime democrático, e da consciência:

A própria essência da democracia envolve uma nota fundamental, que lhe é intrínseca a mudança. Os regimes democráticos se nutrem na verdade de termos em mudança constantes. São flexíveis, inquietos, devido a isso mesmo, deve corresponder ao homem desses regimes, maior flexibilidade de consciência (FREIRE, 2006, p.98).

Todos os que trabalham na escola, a comunidade e os pais, todos precisam realmente ter um maior conhecimento dos conceitos tanto de participação como de democratização dessa instituição. Objetivando que nessas pessoas suscite um maior aprofundamento dessas questões, para ser um cidadão mais participativo, tendo um papel tão relevante para o bom andamento do processo de democratização da escola e da melhor qualidade do ensino-aprendizagem que ela oferta para a sociedade. Sendo assim será preciso um olhar mais aprofundado no tocante aos mecanismos de participação de todos os atores dessa instituição e da família principalmente, reabrindo novo debate com essas questões.

## **CAPÍTULO II**

### **OS FUNDAMENTOS E OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA: MECANISMOS DE ENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NA ESCOLA**

Diante de um novo cenário de reformas políticas e partidárias é necessário que fique claro na escola a democratização de suas ações tanto no corpo de gestores, como de seus professores e funcionários. A LDB 9394/96, artigo 14, afirma que há a expressão da necessidade de se implantar a gestão democrática na escola, com o intuito de potencializar a atividade da escola e de garantir uma efetiva educação para prática cidadã. Também é fundamental que as políticas educacionais, assim como os ânimos de professores e alunos se contagiem no tocante a melhoria da educação para o desejo de ensinar e aprender.

Nesses termos, torna-se imprescindível um currículo que supere a fragmentação, configurando a escola em novos tempos e espaços, que dedique tempo para seus docentes planejarem, avaliarem, aprenderem e estudarem; uma gestão que contemple autonomia, responsabilidade e articule o binômio pedagógico-administrativo. Acreditar nas possibilidades de integração de toda a comunidade a essa organização é primordial para este avanço.

Inicialmente faz-se necessário o desejo, a vontade política para democratizar a gestão da escola. Para isso, a escola precisa acreditar na potencialidade da ação coletiva, abrindo espaços democráticos para a construção de um projeto educacional que viabilize alternativas para se ter realmente a participação coletiva e que seja fato concreto, no cotidiano escolar. Só assim podemos realmente construir uma escola democrática, na qual a comunidade escolar possa apontar suas necessidades, partilhar seus saberes e participar da construção de alternativas que viabilizem mudanças necessárias.

Daí é preciso tomar conhecimento que a gestão escolar com formato técnico-científico tem como características básicas considerar a realidade como um todo estruturado e advogar a não neutralidade da relação entre sujeito e objeto de conhecimento (SANTOS FILHO, 2000).

Pode-se afirmar que a relação sujeito-objeto se fragmenta refletindo uma concepção de educação baseada numa relação hierarquizada e dual, de poder e

autoridade entre professor e aluno, entre aquele que ensina e aquele que aprende. Refletindo uma concepção de gestão escolar compartimentada em que os papéis e os níveis de poder estão claramente definidos. Como coloca bem Bordignon e Gracindo:

As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais (diretores, coordenadores, professores, pais, alunos etc.), são considerados sujeitos ativos do processo, com participação e responsabilidade. Pontuando a participação e autonomia como princípios básicos da gestão democrática. (BORDIGNON; GRACINDO, 2002, p.30).

A participação constitui uma forma bastante significativa de promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir diferença e desigualdades entre eles. Portanto centra-se na busca de maneiras mais democráticas de gerir uma unidade social.

Segundo Heloísa Luck a gestão democrática participativa é definida como:

O processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que formar decisões: envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo de melhoria contínua como todo. (Luck, 2002, p. 57).

Os principais instrumentos que visam garantir a gestão democrática escolar são: o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e o conselho escolar. Também pode ser citada a eleição de Diretor, contudo será pauta de estudo nesse capítulo, o PPP e o Conselho Escolar. Inicialmente sobre esse assunto, é preciso conhecer as instâncias auxiliares desse processo, como a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil, podendo-se afirmar que, atuação dessas instâncias refletirá no nível de envolvimento dos atores sócio no processo educativo e na busca pela realização de uma educação com qualidade social.

A escola se constitui na unidade básica do sistema educacional, ela é o ponto que une as políticas e as diretrizes do sistema e o trabalho em sala de aula. (LIBÂNEO *et al*, 2003).

A autonomia, parte relevante no processo de democratização da escola pode ser entendida como a capacidade das pessoas de decidir sobre sua própria vida, ou seja, autogovernar-se. Libâneo esclarece que:

Numa instituição a autonomia significa ter poder de decisão sobre os objetos e formas de organização, manter-se relativamente independente do poder central, administrar livremente os recursos financeiros (LIBÂNEO, 2001, p.115).

Na escola isso vai significar a possibilidade de traçar seu próprio caminho envolvendo os atores sociais que constituem a mesma, inclusive a comunidade, todos unidos com responsabilidade pelo êxito da instituição. É certo que isso ocorre de maneira limitada ao espaço da autonomia relativa, onde a mesma integra um sistema de ensino e que depende das políticas públicas e que não gera recursos próprios.

Aqui cabe uma pausa para lembrar que a gestão democrática reflete o desejo de uma administração pública escolar que tenha como foco o bem público, investindo na gestão participativa, onde essa administração pública deve ganhar maior espaço local, ampliando responsabilidades e, conseqüentemente, maior preparo dos gestores educacionais (BARBOSA, 1999).

São muitos os espaços políticos participativos, principalmente assegurados pela constituição. Dentre eles pode-se destacar: o orçamento participativo, os órgãos colegiados e eleições de diretores. Todos têm princípios democráticos e participativos e podem ser vivenciados no ambiente escolar.

Numa visão global, pode-se definir o centro de uma gestão escolar democrática representando da seguinte forma: gestão democrática é igual a eleições de diretores, conselho escolar, projeto político pedagógico, tudo isso com autonomia e participação. Agora é relevante que seja visto o conceito destas questões que compõem a gestão democrática da escola, para tanto será preciso reabrir uma nova discussão sobre os seguintes pontos: PPP e Conselho Escolar, no sentido de entender melhor tais processos que fazem parte da gestão democrática da escola.

## **2.1. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CONSELHO ESCOLAR**

Partindo do princípio de uma educação como um processo de construção histórica que reflete as mudanças econômicas, políticas e sociais de cada época. Na década de 80 o campo educacional para ser orientado pelas políticas oriundas da retomada democrática. Com isso tende a ter uma visão de gestão descentralizada e

da democratização do poder que caminha para a construção de um novo saber compartilhado.

Vale lembrar, que outrora a ordem vigente era o autoritarismo dos militares que no avanço do capitalismo brasileiro fez as escolas viverem no limite do controle. O ponto principal era gerar um sistema estruturalmente orientado para dispersar e diluir o poder democrático. Esse poder centralizador não permitia os avanços dentro das escolas, daí o motivo dos planejamentos imposto por acordos importados, nos quais eram apenas executados e medidas provisórias eram ditadas.

É a partir da constituição de 1988 e da LDB 9394/96 em que se percebe a necessidade de um Projeto Político Pedagógico como construção da própria escola. Um documento preciso e eficaz no planejamento das organizações escolares.

Para Barbosa, a gestão da escola traz com ela inúmeras questões de participação, coletividade e o também PPP (projeto político pedagógico), como afirma abaixo:

A gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político pedagógico construído coletivamente. A gestão democrática assim entendida exige uma mudança de mentalidade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais (BARBOSA, 1999, p. 219).

Sendo bastante relevante para a gestão democrática da escola a construção do Projeto Político Pedagógico, é o ponto crucial nesse processo. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, determina, em seu artigo 12, inciso IV, que “os estabelecimentos de ensino devem, respeitando as normas comuns e as do sistema de ensino, elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996) e, além disso, “constituir conselhos escolares com representação da comunidade” (Art.14, inciso IV, BRASIL, 1996); e “prestar contas e divulgar informações referentes ao uso de recursos e à qualidade dos serviços prestados” (Art.12, inciso IV, BRASIL, 1996). Na mesma direção a LDB estabelece que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público de qualidade, de acordo com as suas peculiaridades, prevendo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Pode-se afirmar que o Projeto Político Pedagógico de uma escola é o ponto de partida para o firmamento de sua proposta, sendo que a sua construção implica aprendizado do jogo democrático entre os diversos interlocutores da escola. Por ser uma política ela deve envolver todos os segmentos, com o objetivo de romper com a cultura autoritária da escola (DOURADO, 1998).

Assim, ter um projeto político pedagógico significa, para a escola, estabelecer como prática um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola e da busca de alternativas que possibilitem a concretização das intenções fixadas pela comunidade escolar (professores, equipe técnico-pedagógica, pais, alunos, funcionários de apoio).

Os possíveis passos para o processo de elaboração e aplicação do Projeto Político Pedagógico segundo Vasconcelos (2000) são: Decisão inicial do saber; Trabalho de sensibilização e preparação; Decisões coletivas; Elaboração; Marco referencial; Diagnostico e programação; Publicação e realização interativa; Avaliação.

Vasconcelos (2000) ainda destaca que sejam revistos três pontos para reiterar o PPP, que basicamente são compostos por três partes, articuladas entre si: O marco referencial (o que queremos alcançar?), o diagnóstico (o que nos falta para ser o que desejamos ser?) e a programação (o que faremos concretamente para suprir tal falta?). As partes citadas são precisas para a realização do PPP da escola, onde fica claro quando Veiga (1998, p. 38) afirma que, “analisar e compreender a estrutura organizacional da escola significa indagar sobre suas características, seus pólos de poder, seus conflitos”.

A escola cidadã, autônoma e participativa, somente se completa com o desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico capaz de aglutinar os esforços na busca de melhores resultados para os alunos. O PPP configura-se como um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira e por quem, para chegar aos resultados desejados.

A LDB 9394/96, também traz em seu artigo 12, a proposta de se ter uma ação coletiva para a construção do projeto político pedagógico com a participação de todos os sujeitos para serem ativos nas ações e resoluções dos problemas da escola. É preciso que se chamem todos à responsabilidade, a direção tem que ser participativa, sendo capaz de ouvir, de sistematizar e cumprir o projeto da escola. Com isso se dá a construção do plano participativo, conforme destaca a LDB:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola;

II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Neste artigo da LDB 9394/96 se faz notório a autonomia pedagógica na escola como um lugar preciso da gestão democrática, tendo a comunidade de pais, alunos, professores e funcionários como parceiros importantes nas tomadas de decisões. Valoriza os conselhos escolares como instrumento de solidificação de democratização da gestão e a autonomia escolar.

Para operacionalizar o Projeto Político Pedagógico, a direção da escola apóia-se nos seguintes fundamentos, segundo (GADOTTI, 2000, p. 36).

1. No desenvolvimento de uma consciência crítica;
2. No desenvolvimento das pessoas (comunidade externa e interna à escola)
3. Na participação e na cooperação de várias esferas governamentais;
4. Na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto.

A construção do PPP contribui na tomada de consciência e revela que hoje a escola constitui-se um espaço de convivência participativa e coletiva. Como também o conselho escolar, que é uma ação consolidada na gestão democrática com ações de coletividade junto com a comunidade escolar, para que se defenda um ambiente com igualdade, pois outrora, a história da nossa sociedade brasileira é de pessoas estáticas.

O Conselho escolar ou conselho de escola tem atribuições consultivas, deliberativas e fiscais, em questões definidas na legislação estadual ou municipal e no regimento escolar. Os conselheiros são eleitos e sua composição tem certa proporcionalidade de participação dos docentes, dos funcionários, dos pais e alunos. (LIBÂNEO 2002, p.128).

O conselho escolar constitui a própria expressão da escola, como seu instrumento de tomada de decisão. Ele será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão do seu Projeto Político Pedagógico. Para Guarinello (2009),

os conselhos se constituem em instrumentos de tomada de decisões coletivas e são a própria expressão do Estado e da comunidade. Ele representa a própria escola, sendo a expressão e o veículo do poder da cidadania, da comunidade a quem a escola efetivamente pertence. Sua atribuição é deliberar, nos casos de sua competência, e “aconselhar” os dirigentes, no que julgar prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola. O conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito.

Para análise dos Conselhos Escolares, algumas questões fundamentais precisam ser destacadas: sua concepção, posição na estrutura de poder da escola, competências atribuídas, representatividade de sua composição, funcionamento e coordenação. Na sua concepção os que são integrados a estrutura da escola, são regulamentadas no regimento da escola, obedecendo às normas gerais do sistema de ensino. Já as competências são atribuídas aos órgãos de deliberação coletiva e são instituídas como mecanismos de gestão democrática do sistema de ensino públicos.

Em suma utilizam-se como critério para interpretar essas competências os seguintes verbos: Deliberativa - decidir, deliberar, aprovar, elaborar; Consultiva - opinar, emitir parecer, discutir, participar; Fiscal - fiscalizar, acompanhar, supervisionar, aprovar prestação de contas; Mobilizadora - apoiar, avaliar, promover, estimular entre outros. As competências são importantes, como também a composição e o funcionamento, que age de acordo com as normas do sistema e regimento da escola. A escolha de seus representantes é feita pelas respectivas categorias, sendo que no caso de alunos fixam-se limites de idade tanto para direito a voto como para representação (12 a 16), sabendo que o diretor é membro nato. A escolha do conselho é feita assim eleita pelos pares com mandato de dois anos. Em alguns sistemas o mandato não é definido ficando para a instituição resolver segundo a sua autonomia. O diretor dessa escola precisa ser democrático e participativo possibilitando a ação e o fortalecimento do Conselho Escolar e de sua organização política.

Uma observação importante sobre o diretor e a eleição do mesmo, segundo o caderno do MEC (CONSELHOS ESCOLARES) é a de que “nos sistemas de ensino em que o diretor da escola é escolhido por formas eletivas - da comunidade ou do conselho - este geralmente preside o conselho, mas quando o diretor é indicado pelo

governo o presidente do conselho, na maioria das vezes é eleito pelos pares” (BORDIGNON, 2004, pág. 48).

Quando existe o engajamento dos atores sociais no ambiente escolar no dia a dia prevalece assim a democratização da gestão, onde os conselhos são atuantes e assume o caráter da cidadania ativa. Mesmo que seja necessário promover estratégias para o bom funcionamento dos conselhos escolares.

A confirmação do novo princípio da gestão democrática clama a um processo inicial de uma nova cultura de gestão escolar, na qual não se confunde mais, com aquele gestor que centraliza tudo em suas mãos, isso agora é revestido como projeto coletivo, que institui uma organização colegiada, que nasce nas idéias, das práticas que destrói o velho para instituir o novo. Tendo em vista que a essência da gestão democrática é a participação coletiva com o espaço autônomo de decidir o melhor para o bem de todos. Daí a importância de se fixar os conselhos escolares, e que a escola possa regulamentar em seu regimento normas relativas a esse conselho e à gestão que deseja praticar, que seja dotado de graus significativos de autonomia, de exercício democrático e do poder por meio da deliberação coletiva.

Pode-se afirmar que o conselho e a escola integram uma única institucionalidade. Sendo assim o conselho não atua sozinho, pois se alia a escola numa parceria de poder da mesma.

Os conselhos de Fortaleza estão inseridos nesse novo cenário da gestão democrática, pois são atuantes nas instituições escolares. A composição do conselho escolar nesta realidade é a seguinte: membros titulares - diretor, representantes de cada segmento, professor, funcionário, aluno, pais e os membros suplentes: vice-diretor e representantes de cada segmento também. A diretoria é composta pelo: presidente, tesoureiro e secretário. Podemos afirmar que o conselho é atuante quando junto com a escola opera com dinamismo no ambiente escolar.

Em síntese o Conselho Escolar decide sobre as questões pedagógicas e administrativas e as entidades de apoio executam o que é pertinente as suas atribuições. Essa é a situação ideal, coerente com os princípios da progressiva autonomia da escola e sua gestão democrática, fundamentos da escola cidadã.

A valorização dos conselhos como estratégia de gestão democrática da educação traz implícita a relevância de sua função mobilizadora. Esta, por sua vez, se fundamenta no princípio da pertença do bem público à cidadania.

A cidadania radicada no coletivo, é uma condição de relação com o outro, não há cidadania no isolamento, na exclusão, por isso implica uma situação de partilha, fazer parte dos ônus e bônus da vida coletiva, o que implica fazer parte das decisões sobre a ação. Cidadania situa a todos como governantes do processo social.

Muitos sistemas de ensino já desenvolvem ações de qualificação dos conselheiros escolares. O regime de colaboração entre os sistemas de ensino, preconizado pela LDB e já em promissor processo de realização pelas entidades de educadores nos sistemas de ensino (Undime, CNTE, Consed, UNCME, Fórum dos Conselhos Estaduais), constitui uma das estratégias privilegiadas para partilhar experiências inovadoras e consolidar a efetiva atuação dos Conselhos Escolares. Cadernos específicos da (Cafise/SEB/MEC) ofereceram maiores subsídios aos conselheiros escolares para essa efetiva atuação

## **2.2 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA**

A família é a primeira instituição educativa, é a base da educação de um indivíduo, de onde vem todo bom exemplo que deve ser apregoado no caráter da pessoa. Pois é justamente na família que o indivíduo vivencia as primeiras ações educativas, juntamente com os cuidados e afetos, é um lugar de aprender. Em seguida, esse sujeito também vivencia e aprende nas instituições de ensino (escola).

O processo de educação escolar auxilia e concretiza o processo de educação que se deu inicialmente na família, por isso junta escola e família, trazem resultados positivos na formação de cidadãos.

A atual LDB reconhece como positiva e legal para a escola a base familiar, que conduz a unidade escolar para bons resultados e dar à família a certeza de ser um elemento importante no ambiente escolar.

Um dos grandes desafios da escola nesse momento refere-se a pouca participação da comunidade e, sobretudo das famílias no processo educativo dos alunos, nas diversas etapas de ensino vivenciadas na escola. Sabe-se que com essa participação mesmo que seja em longo prazo, oportuniza-se o melhor aprendizado do aluno. Sendo assim nas últimas décadas, tem se constatado que a participação é fundamental para o aprendizado das crianças na escola, e que sua ausência tem acarretado problemas difíceis de serem resolvidos somente na escola.

Com o movimento em favor da democratização das escolas públicas como já vimos no capítulo anterior, nos anos 80, com as reformas educacionais e nas proposições do legislativo, veio o reconhecimento de democratizar a escola, estabelecendo de maneira positiva a participação daqueles que estão no entorno da escola, principalmente a instituição familiar ou os responsáveis pelo o aluno.

Na LDB ficam claros os objetivos e finalidades da educação, sendo fixados pela presença e participação da instituição familiar. Entretanto a escola não se exime ou mesmo o Estado de todas as suas responsabilidades, mas ao contrário, a escola se torna mais eficaz e integral, sendo que a casa /lar é a continuação das etapas do aprender e do ensino inicial na escola.

Libâneo (2004) afirma que a participação dos pais (família) na escola se concretiza através da inserção necessária dos mesmos, nos movimentos orgânicos e de legitimidade legais da própria comunidade escolar, como os conselhos escolares ou associações de pais como relata o autor:

A presença da comunidade na escola especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente, os pais e outros representantes participam do conselho da escola, da associação de pais e mestres (ou organizações correlatas) para preparar o projeto Pedagógico-Curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados. (LIBÂNEO, 2004, P.144)

O autor explica que a discussão acerca da participação familiar na escola são chamadas a contribuir nas diversas atividades que norteiam o trabalho da instituição escolar, como na construção de uma proposta pedagógica, no acompanhamento e na avaliação das ações desenvolvidas na unidade escolar.

Sabemos que o trabalho conjunto escola x família, conduz aos bons resultados no processo de ensino e aprendizagem. Observa-se que a participação familiar corresponde aos ideais pedagógicos da gestão democrática participativa, e espelha-se no trabalho coletivo. Isso ocorre especialmente no cotidiano escolar, se a escola convida a comunidade ou a família para colaborar com seu PPP, por exemplo, de maneira a se ter diariamente nessas ações participativas uma reflexão conjunta, sendo que a probabilidade de erros será menor se comparada à escola que trabalha sozinha.

A instituição escolar que possui o conselho e as associações de pais e mestres e/ou outras organizações equivalentes, representam melhorias nas práticas pedagógicas voltadas para a necessidade da comunidade escolar, realizando um

bom processo de aprendizagem. Uma instituição que caminha sozinha, sem estes agentes, sem dúvida terá problemas na executibilidade e sustentabilidade de suas ações pedagógicas, ocasionando falhas no processo educacional.

Para Heloísa Luck (2011), a participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativo na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam do ambiente escolar.

Um obstáculo que se estende no caminho da participação é a burocratização existente no interior das instituições escolares, onde é menor o nível de participação e o envolvimento dos seus membros com relação à organização do trabalho como um todo.

Outro ponto importante que deve ser esclarecido segundo Cunha (1995) é que nos regimes democráticos pouco maduros, decide-se participativamente muitas questões apenas para diluir responsabilidades gerando uma situação “de desresponsabilidades generalizadas onde a ninguém se pode imputar o fracasso”.

Com essa afirmação antidemocrática e pouco participativa, Ênio Resende (1992) nos esclarece as características que exercem uma forte resistência a introdução de ações participativas democráticas, em que as idéias relacionadas a esse processo muitas vezes seriam facilmente aceitas e cultivadas como um valor. Isso pode ser visto de forma mais clara quando ocorre comumente a vivência que se dá mediante a emissão do voto, ou de opinião relacionados a uma decisão a ser tomada, mesmo que seja importante.

Todavia essa situação por si só, revela a importância da escola rever sua atuação como agência de formação, conforme se propõe na promoção do desenvolvimento de consciência social de seus alunos, o que, no entanto, somente pode fazer mediante cultivo das características que se propõe formar (LUCK, 2011). Com isso é necessário que a participação seja efetiva, com dirigentes/gestores que cuidem de estabelecer na escola um ambiente estimulador dessa participação a partir de certas atenções básicas. Dentre elas destacam-se: A criação de uma visão de conjunto associada a uma ação cooperativa; A promoção de um clima de confiança e reciprocidade; A valorização da capacidade e aptidões dos participantes; O desenvolvimento da prática da assunção de responsabilidades em conjunto.

Esses aspectos básicos são relevantes para a instituição e fundamental para que a participação conjunta seja efetiva na escola. Essa prática se constitui a partir

do entendimento, por parte dos membros da comunidade escola, dos objetivos educacionais da escola, dos desafios e da responsabilidade de cada um em relação a esses aspectos, mediante a visão de conjunto que promove associação e integração de esforços (LUCK, 2011).

Como coloca Demo (1998, pag. 20), “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias”. Se firmada nesse compromisso, com entusiasmo e de maneira natural, isso resultará no bom andamento da escola e na melhoria de seus processos educacionais.

É preciso levar em consideração o envolvimento da família na participação escolar, para isto é fundamental que os pais ou responsáveis sintam que a escola tem um ambiente seguro. O acompanhamento e a participação por parte dos progenitores (responsáveis) têm que ser no dia a dia da escola, pois se eles sendo mais presentes e participativos, o aluno será uma pessoa menos insegura, bem mais confiante e capaz.

Sabe-se que na realidade brasileira falta maior interação entre família e escola, entretanto, é importante que se perceba quais são as funções e as responsabilidades de cada um para que juntas possam fazer mais pelo aluno. Por isso é preciso que professores a família e comunidade tenham claro que a escola, por sua complexidade, precisa contar com o envolvimento de todos. Portanto é imprescindível que a família e escola atuem juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando.

A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem as atividades curriculares da escola pode ser realizada como uma maneira de participação beneficiando escola e família. Os autores Keller-Laine (1998) e Sander e Epstein (1998) nas suas investigações enfatizam que é necessário planejar e programar ações que assegurem as parcerias entre estes dois ambientes (família – escola) visando à busca de objetivos comuns e de soluções para desafios enfrentados pela sociedade e pela comunidade escolar.

Como destaca Szymanski (2011), a ação educativa da escola e da família apresenta nuances distintos quanto aos objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade, bem como quanto às interações e contextos diversificados. A participação da família na escola, em suas diversas funções exige principalmente da instituição escolar um aspecto fundamental denominado

compreensão, isso da parte da gestão que se adapta para essa inserção da família no ambiente escolar.

Isso tem acontecido de maneira processual nas escolas públicas, devido a tantas verdades já vivenciadas pelas mesmas, casos de autoritarismo remetido de tempos passados, onde a escola era gerida somente pelo o seu “dono” no caso o diretor (gestor). Hoje isso tem sido visto de maneira mais positiva devida atual gestão democrática, isso em algumas instituições, que agem com participação real, mesmo que de maneira gradual. Seus atores realizarão essa mudança no dia a dia e nas suas novas propostas de ações no coletivo, priorizando o trabalho conjunto, como sendo aquele que traz resultados positivos para se alcançar a educação de qualidade.

Tendo em vista estas construções teóricas e legais acerca da gestão democrática, da participação e da família (responsáveis), passamos no próximo tópico a apresentar e discutir a pesquisa realizada em uma escola pública municipal de Fortaleza-CE. Essa pesquisa é em relação à gestão democrática e a participação da família nessa instituição de ensino.

### **CAPÍTULO III**

## **EXPERIÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA: O RESULTADO DA PESQUISA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA-CE**

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, torna-se importante tecer alguns comentários. A escola X situada no município de Fortaleza-CE onde foi realizado o estudo que fundamentou o presente trabalho monográfico fica localizada em uma área de risco na periferia. É uma escola de ensino fundamental e possui um contingente de 59 professores, 1223 alunos matriculados neste ano letivo de 2011, grupo gestor (diretor e vice- diretor), 21 funcionários e o total de 753 pais sendo que funciona nos três turnos ( manhã, tarde e noite).

Possui uma gestão participativa com um conselho atuante e com o PPP que precisa ser reformulado para se atualizar e redefinir os papéis e as ações educacionais frente às novas políticas educacionais.

A presente pesquisa tem como objetivo repensar a participação da família ou responsáveis na escola como ponto essencial no processo de ensino-aprendizagem de maneira positiva.

Os níveis de ensino partem do fundamental I e II tendo início com o 1º ano ao 6º ano nos turnos diurnos e com sistemas de EJA (I- Alfabetização, II 1º e 2º série, III 3ª e 4ª série, IV 6º e 7º ano, V 8º e 9º ano) os anos são agrupadas propondo-se pedagogicamente levar o aluno a tornar-se um cidadão crítico, na sociedade em que vive.

A seleção da escola diz respeito ao fato de ser escola pública de ensino fundamental, tendo um grande número de pais e alunos, sendo que os alunos oriundos de famílias em situação econômica precária. Moram em áreas de risco, sujeitos ao consumo de drogas, à violência, o que contribui para evidenciar a responsabilidade da escola no tocante a sua função social.

A coleta de dados para o presente trabalho foi realizada através de questionários, com perguntas direcionadas aos pais, funcionários, professores e gestores de uma escola municipal situada no município de Fortaleza – CE, cuja temática versou sobre a gestão democrática e a participação da família na escola. O

grupo de sujeitos da amostra da pesquisa foi composto de cinco pais, dez professores atuantes nos dois turnos da escola, o coordenador, o orientador, a diretora e a vice-diretora e cinco funcionários da escola.

O principal ponto adotado para a seleção dos participantes como já expostos, foram o fato desses estarem presentes na escola há muito tempo e nos dois turnos de aula (manhã e tarde).

A aceitação da técnica cuidadosamente selecionada para pesquisa-questionário foi muito boa. Permitiu o registro dos dados relativos à visão e à participação do mesmo nesse ambiente escolar público, com ênfase de se estar em uma escola que tem incentivo à gestão democrática, boa vontade a participação da família e de boa parte da comunidade escolar em sua proposta educacional. Embora seja necessário, como foi observado nas respostas de alguns participantes, que é preciso reverem seus conceitos de participação dentro do ambiente escolar. Isto nos mostra o quanto temos que avançar no processo democrático, tendo em vista que este é um aprendizado constante para todos nós.

Para análise dos resultados dos questionários é relevante considerar as perguntas comuns a todos os segmentos nas questões, fazendo uma amostragem em forma de percentual, apresentando os resultados descritos abaixo:

**Tabela 1 - Sistematização da questão 1**

<b>Questão 1: Você acha que a participação da família nas atividades dessa escola estão satisfatórias?</b>			
	<b>parcialmente</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>
Professores	60%		40%
Pais	50%	50%	
Funcionários	50%	10%	40%

Embora essa participação ainda não se dá de forma satisfatória para a maioria dos pais, funcionários e professores, é importante registrar que todos são unânimes no reconhecimento da importância da participação da família para a aprendizagem dos alunos, conforme tabela abaixo.

**Tabela 2 - Sistematização da questão 2**

<b>Questão 2: Você acredita que a participação da família é importante para o bom desempenho do aluno?</b>			
	<b>parcialmente</b>	<b>sim</b>	<b>não</b>
gestores		100%	
professores		100%	
pais		100%	
funcionários		100%	

Na tabela acima se pode ver claramente a visão comum de todos os segmentos da escola de como a participação familiar leva o aluno a ter bons resultados nas atividades escolares. Priorizar algumas atividades participativas e envolver os pais é essencial no ambiente escolar, conforme sugestões apontadas por gestores e professores na tabela abaixo.

**Tabela 3 - Sistematização da questão 3**

<b>Questão 3:</b> Como a escola pode levar a família a ser mais participativa, tendo como foco principal o melhor desempenho do aluno?	
gestores	100% Acreditam que através de reuniões, do conselho escolar e da participação de representantes de pais na execução de projetos.
professores	80% Acreditam que através de reuniões, de palestras e do conselho escolar. 20% Acreditam que os convidando para participar dos colegiados (conselho escolar, rede de pais) e da construção do PPP.
Funcionários	60% Acreditam que através das reuniões, do conselho escolar e participação nas atividades proposta pela escola. 20% Acreditam que os convidando para participar dos colegiados.

Esses mecanismos de participação no ambiente escolar como: Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico, rede de pais, reuniões de projetos educativos são pontos fixos na gestão democrática e participativa, que tendem a envolver a família no ambiente escolar, visando o êxito na aprendizagem dos alunos. Nessa questão estão presentes opiniões próximos ao verdadeiro sentido da participação familiar na escola, vinda do grupo gestor e professores. Os pais por sua vez, só afirmaram que tinha que ser mais participativos citando apenas as reuniões e eventos na escola, o que indica que a maioria dos pais não conhece o PPP da escola.

**Tabela 4 - Sistematização da questão 4**

<b>Questão 4:</b> As instituições que representam a comunidade (conselhos escolares, associações de pais e mestres entre outras) devem ser convidados para participar da elaboração do Projeto Político e Pedagógico?				
	<b>totalmente</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>	<b>outros</b>
gestores	100%			
professores	80 %		20%	
funcionários	70%		30%	

Nessa questão fica claro que a maioria dos professores, funcionários e todos os gestores concordam/defendem a participação destes órgãos colegiados na construção do PPP, apontando como fundamental para a instituição escolar, pois este é o norte a ser seguido, com responsabilidade e autonomia nas suas referidas

decisões e de maneira a ser praticado coletivamente. Essa questão é referendada pela tabela abaixo:

**Tabela 5 - Sistematização da questão 5**

<b>Questão 5:</b> Você se sente responsável pela execução das ações definidas no projeto Político Pedagógico? Já que ele é um método que convoca a ser participativo dentro da escola?				
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>	<b>outros</b>
gestores	100%			
professores	80%		20%	
funcionários	50%		50%	

Na construção e execução do Projeto Político Pedagógico é primordial que os atores que atuam no ambiente escolar sejam conscientes, comprometidos a trabalharem de forma coletiva. Os gestores, em unanimidade, apontaram sim e os professores quase a maioria, tendo uma queda nos funcionários, contudo poucos professores participam parcialmente desse processo democrático, já os funcionários metade como foi visto na tabela.

**Tabela 6 - Sistematização da questão 6**

<b>Questão 6:</b> O que é para você uma gestão escolar democrática?	
<b>a) Uma gestão que resolve tudo sozinha?</b>	
gestores	0%
professores	0%
pais	0%
funcionários	0%
<b>b) Uma gestão que trabalha com a participação de todos na escola?</b>	
gestores	0%
professores	0%
pais	10%
funcionários	20%
<b>c) Uma gestão que discute, planeja, ouve, delibera e soluciona os problemas da escola junto com a comunidade escolar?</b>	
gestores	100%
professores	100%
pais	90%
funcionários	80%

A gestão escolar democrática foi bem definida pelos gestores, pais, professores e funcionários. Pode-se identificar com isso o desejo dos segmentos de verem uma escola mais humana, onde todos precisam ter sua vez e voz, para reclamar e acolher melhor as opiniões na solução de problemas diversos que cotidianamente se vê nas escolas. Somente alguns funcionários definiram a gestão democrática de modo a ser menos atuante, contudo a maioria deseja autonomia na escola.

**Tabela 7 - Sistematização da questão 7**

<b>Questão 7: Você Considera que em sua escola há uma gestão democrática?</b>				
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>	<b>outros</b>
gestores	100%			
professores	60%		40%	
pais	50%	10%	40%	
funcionários	50%	15%	35%	

A gestão democrática escolar participativa tem como ponto fundamental o trabalho coletivo, o diálogo e a flexibilidade das ações conjuntas de seus atores. Do ponto de vista dos pais, professores e funcionários a escola precisa avançar na construção da gestão democrática, embora muitos reconheçam que há práticas democráticas na escola. Neste sentido, aponta-se a necessidade de melhorar na participação dos pais e nas suas funções coletivas; no PPP, Conselho Escolar, planejamento. Sendo a gestão mais centrada nas questões que envolvem a comunidade e a família, no tocante as atividades da escola. Sendo necessário convocar os funcionários, pais e demais segmentos, para a troca de idéias para o bem coletivo.

**Tabela 8 - Sistematização da questão 8**

<b>Questão 8: Caso você não considere a gestão de sua escola democrática qual a razão?</b>	
gestores	
professores	20% consideram que algumas decisões são simples obediência às ordens da SME (Secretária Municipal de Educação), desconsiderando a participação (as necessidades e opiniões reais) do colegiado local.
pais	10% consideram que a escola é autoritária em suas decisões, sem oportunidades de escolhas, obedecendo somente a ordem da Secretária Municipal de Educação.
funcionários	12% Consideram que a escola precisa ouvir mais seus segmentos, pois os mesmos tendem a calar, sem vez e voz ativa em dados momentos.

Esta tabela aponta a necessidade da escola rever suas ações de forma a melhorar a participação de todos os segmentos nas decisões da escola. Apesar de que alguns segmentos, sendo minoria, afirmarem a escola como sendo pouco democrática deverá ser levado em conta, para se reavaliar suas ações, para que se promovam melhores resultados no ensino dos educando e na participação efetiva da família no ambiente escolar. Contudo, a maioria dos professores e gestores, alguns pais e funcionários têm a gestão da escolar como democrática.

**Tabela 9- Sistematização da questão 9**

<b>Questão 9: Você acredita na ação transformadora do Projeto Político Pedagógico e da gestão democrática quando construídos coletivamente?</b>				
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>	<b>outros</b>
gestores	100%			
professores	100%			

funcionários	100%
--------------	------

Os gestores, professores e funcionários acreditam na ação transformadora do PPP quando construído coletivamente. Sendo um marco na gestão escolar democrática, pois visa o trabalho coletivo e de boa qualidade com ações favoráveis para todos que trabalham no interior e no entorno da escola.

**Tabela 10- Sistematização da questão 10**

<b>Questão 10:</b> Para você uma gestão democrática que tem a participação da família nas suas atividades propostas é essencial para um excelente desempenho escolar?				
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>	<b>outros</b>
gestores	100%			
professores	100%			
Funcionários	100%			

Todos os segmentos questionados reconhecem a importância da gestão democrática para o alcance de índices de aprendizagem positivos. No entanto, foi observado anteriormente que muitos precisam exercer melhor seu papel dentro da escola, isso se dá para todos os segmentos, devido à falta de compromisso de alguns. Sabe-se que se um der o passo inicial fazendo sua parte, isso acarretará mudanças principalmente familiares, onde se observou maior índice na falta de participação nas atividades da escola, mesmo quando convocada esse familiar ou responsável tende a resistir, embora consciente de que isso traga melhoras para o ensino-aprendizagem do aluno (filho).

**Tabela 11 - Sistematização da questão 4 ( Questionário segmento pais )**

<b>Questão 04 -</b> Quais momentos você costuma participar das atividades da escola?			
<b>a) Nas reuniões bimestrais e do Conselho escolar?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais	60%		
<b>b) Nos eventos da escola e palestras?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais			20%
<b>c) Nas atividades (extra-escola) de casa?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>Parcialmente</b>
pais	20%		

Os resultados acima são referências da participação que as famílias mais consideram comum na escola, apontando participação como maioria nas reuniões principalmente as bimestrais e nas atividades extra-escola. Ficando a desejar a participação em outras atividades na escola.

Para que o aluno venha ter bom desempenho na escola é primordial a participação da família junto com a gestão e os demais segmentos.

**Tabela 12 - Sistematização da questão 8 ( Questionário segmento pais )**

<b>Questão 08- Você acha que para esse desempenho (na aprendizagem dos alunos) seja progressivo/ positivo é fundamental que a família:</b>			
<b>a) Seja participativo nas atividades diárias do aluno e nas atividades propostas pela escola?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais	80%		
<b>b) Somente garanta que o filho vá para a escola?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais			20%

Os pais acreditam que a participação nas atividades proposta pela escola é o caminho certo para ter qualidade de ensino com a maioria, sendo minoria a alternativa b. Contudo, foi observado que mesmo sabendo o melhor, alguns pais falham no acompanhamento escolar do filho.

**tabela 13 - Sistematização da questão 10 ( Questionário segmento pais )**

<b>Questão 10: Quais atividades de participação da família na escola você considera relevantes?</b>			
<b>a) As reuniões em geral?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais	50%		
<b>b) As atividades que envolvem o aprendizado dos alunos junto com a participação dos pais?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais	40%		
<b>c) Na construção do PPP e do planejamento quando é convocado pela escola?</b>			
	<b>sim</b>	<b>não</b>	<b>parcialmente</b>
pais			10%

Os pais pontuaram as reuniões em geral como participação relevante, com metade da porcentagem e fixaram como média a participação nas atividades que envolvem o aprendizado dos seus filhos e parecem não reconhecerem dois pontos importantes para este fim: PPP e Planejamento. Nesse sentido, identifica-se como necessário que a gestão escolar esclareça como primordial tais pontos que firmam a qualidade da educação. É preciso que seja revisto no coletivo a constituição do PPP e de alguns projetos escolares.

**Tabela 14 - Sistematização da questão 11 (Questionário segmento pais)**

<b>Questão 11-Para você o que é participar da escola do seu filho? E que tipo de atividades promovidas pela escola mais atrai sua participação?</b>	
<b>a) Segundo os pais que estiveram na pesquisa, participar da escola é:</b>	
1-	Fazer acompanhamento do aluno (filho).
2-	Estar envolvido com aprendizado.

---

3- Ser participativo nas atividades da escola (no conselho, PPP, projetos e eventos).

---

Nessa questão a porcentagem foi feita mediante as opiniões abertas dos pais que foram escritas na tabela acima. A resposta 1 teve 50% das respostas, a resposta 2 teve 20% e a 3 teve 20% também. Houve também algumas respostas, equivalendo a 10%, que citam atividades aparentemente tidas como participativas: o contato com as refeições da escola (ajuda), e as atividades de limpeza e conserto da escola. Embora elas expressem participação, não é a participação almejada. As atividades de participação citadas por alguns foram maioria a dos eventos e projetos da escola. Os pais que mais se destacam são os que estão no conselho, esses apontam a participação como fundamental na escola, trabalhando coletivamente seus projetos e ações.

É preciso que fique claro para a família que a participação na escola, como esclarece Paro (1992):

É algo que conduz ações, contudo é necessário distinguir as práticas que conduzem a uma participação efetiva, que envolvam tomadas de decisões daquelas que apenas indicou a presença de sujeitos no espaço escolar (PARO 1992, p. 70).

A visão da escola pesquisada sobre gestão democrática é bastante relevante, a maioria de seus atores são participativos e esclarecidos do que seja democratização escolar. Também possui um Conselho Escolar atuante, já o PPP precisa ser reconstruído coletivamente, ou seja, com a participação da família, com objetivo de ver essa parceria (escola x família) mais presente nas ações promovidas pela escola.

Nota-se que a escola tem uma gestão democrática, com a visão de ter a participação de todos os segmentos, embora isso, segundo o que foi apontado através dos questionários e das conversas informais com os gestores, professores, funcionários e pais na escola pesquisada, seja em longo prazo, pois os gestores se colocam como participativos, democráticos e a favor que os pais sejam assíduos dentro da escola, nas reuniões e projetos (PPP, Projeto educativo), eles afirmam algo sem darem o suporte para os mesmo assim agirem, é muito contraditório, contudo se vê em algumas respostas a boa vontade que isso venha a ser reavaliado pois almejam se adequar ao novo cenário da gestão atual, dinâmica, democrática e

participativa , na qual todos coletivamente trabalham em conjunto no desejo de ter educação de qualidade.

Nas questões de livre escrita (11,12 e 13) alguns segmentos, destacaram a participação da família na vida escolar dos filhos como: o acompanhamento de tudo que a escola promove; eventos e projetos. Já nos exemplos de ações ou atividades (escolar) que promovem a participação da família, alguns segmentos foram próximos nas afirmações como: promover gincanas, jogos e palestras.

Nesta questão é possível identificar que o conceito de participação para a comunidade centra-se na participação de atividades de lazer e execução de atividades escolares. Embora seja positivo, pois com essas atividades a família se aproxima do ambiente escolar, ressalta-se que a participação deve ir, além disso, participando também das atividades do campo pedagógico e nas decisões escolares. Já as ações que a escola deve promover no sentido de se ter a família mais próxima e participativa foram relatadas nas questões abertas por alguns segmentos como as atividades que prioriza a construção coletiva, como o PPP, as ações da família nos projetos que viabilize a aprendizagem do aluno, tendo a gestão participativa e democrática como aquela que envolve a família em suas ações escolares focando como fundamental para o bom andamento educacional e de todos que pertencem à instituição da escola.

A gestão da escola pode promover para que haja uma melhor participação da família ainda segundo os segmentos a partir de alguns pontos como: invocar com criatividade a família no sentido de trazer-la aos encontros da escola para que pais e filhos sejam envolvidos nas atividades e projetos, ver como participação a questão do pai que frequenta a escola sempre que é convocada pela gestão, sejam nos planejamentos, reuniões, isso acontece como ação da gestão para que os pais se sintam mais participativos dentro da escola.

A problemática da pesquisa está inserida nessa questão de se ter ações que envolva a família dentro do contexto escolar e muitos segmentos apontaram nas questões de envolvimento nas atividades da escola que isso ocorre com pouca frequência, principalmente no sentido de auxílio por parte dos pais nas tarefas escolares dos filhos, trazendo pouco resultado na aprendizagem. A partir disso, no sentido de mudança todos da escola e os seus gestores e a família, traduziram o desejo de se caminhar todos juntos para futuramente isso ser revertido nas instituições escolares, tendo a participação como ponto crucial na gestão da escola.

Diante do resultado da pesquisa como coloca Ferreiro (1993) “ao transformar o mundo social e natural o homem transforma a si mesmo, o objetivo ultimo dessa transformação e a supressão de suas carências quaisquer que sejam”. Daí a autora relata que o educador deve lutar com a comunidade, e pais para criar um elo de consciência política para mudar a realidade de nossas escolas e fazer com que se tenha uma gestão democrática compromissada com a comunidade escolar (família) de forma a primar pela qualidade da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da escola se define cotidianamente como ato político, pois está relacionada sempre a uma tomada de posição dos sujeitos escolares (pais, professores, funcionários e estudantes), logo a sua construção não pode ser vivenciada de maneira individual, pelo contrário, deve ser no coletivo, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões para um bom funcionamento da organização escolar.

Sáimos de uma tradição histórica de centralização das decisões, para nos defrontarmos hoje com outra realidade, fixada na valorização do ambiente escolar como espaço de decisão. Com a LDB 9394/96 que reformulou muitos princípios da educação, concedeu amplos direitos e muitas conquistas aos educadores e educandos para que se tenha uma educação de qualidade.

Um dos avanços relevantes que podemos destacar é a mudança no modelo de gestão, com ênfase na autonomia e na participação escolar gerando assim mudanças. Embora a realidade tenda a apontar inúmeros problemas a superar para que a nossa população usufrua de uma educação melhor, mudanças começam a ser vislumbrada nos processos políticos no tocante a participação.

A partir de um movimento dialético de construção de um tipo de gestão democrática da educação, será possível a institucionalização de canais de participação e decisão na instituição escolar (a exemplo dos conselhos, grêmios estudantis, associação de pais.) que precisam ser apropriadas de acordo com uma definição diferente da lógica “democrática neoliberal”.

Muitas mudanças ocorreram desde o século XIX do ponto de vista educacional, como uma escola democrática e com seus atores participativos e dinâmicos, a qual para Puig (2000) se define assim:

A escola democrática define-se pela participação do aluno e do professor no trabalho, na convivência e nas atividades de integração. Uma escola democrática, porém deve possibilitar a participação como um envolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso da ação. (PUIG, 2000, p.33).

Tais afirmações refletem a idéia de uma participação baseada simultaneamente no diálogo e na realização dos acordos e dos projetos coletivos,

permitindo a construção de valores de cidadania por parte dos membros da comunidade que vive no entorno escolar.

Daí a importância da participação na partilha de decisões, principalmente quando se refere à participação da família. Cabe lembrar, como esclarece Paro (1992), que a participação dos usuários na gestão do pedagógico, por conta da visão dos gestores em relação ao baixo nível de escolaridade e da ignorância dos pais a respeito das questões pedagógicas, não exige, erroneamente, que os mesmos participem (na escola e em casa, no auxílio e assessoramento e seus filhos) do pedagógico. Contudo, os pais têm conhecimentos suficientes para exercer a fiscalização e contribuir na tomada de decisões a respeito do funcionamento pedagógico da escola, pois todos sabem o que querem para seus filhos.

Na gestão democrática essa ação participativa dos pais é contemplada como ponto essencial no desenvolvimento para melhorar o ensino aprendizagem do aluno na escola. Viabilizar na gestão escolar a presença de seus agentes nesse processo com relevância, na defesa dos seus direitos de cidadão, fiscalizando a ação da escola e colaborando com ela na pressão junto aos órgãos superiores, para que esta ofereça possibilidades da realização de um ensino de boa qualidade.

No ambiente cultural onde se encontra a escola pública que atende as camadas populares, é preciso permanecer a diversidade de atividades, além das (atividades/conteúdos) a família também pode cooperar na escola com a decisão nos projetos, na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico), no conselho escolar e nas diversas atividades que são realizadas no ambiente escolar.

A LDB e a constituição apontam caminhos para o exercício da gestão democrática e da autonomia da escola com ênfase na participação. Todos os segmentos da comunidade escolar são gestores na educação e tem que primar conscientemente pela qualidade do ensino, pela cidadania e pela qualidade humana e patrimonial. Isso acontecerá junto a construção de mudanças profundas na própria estrutura da escola e nas relações que nela se desenvolve, parece ser preciso examinar as relações que ela tenha com a comunidade, imputando para ela um caráter de exterioridade. Como reflete Paro (2000), no dia a dia da escola é preciso observar que:

A comunidade fosse apenas mais um fator a ser administrado por meio das relações que com ela se estabelecessem. Se, todavia, concebemos a comunidade para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se como

o real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurdo a proposição de uma gestão democrática que supunha a comunidade como sua parte integrante (Paro 2000, p.11).

Verifica-se quando a escola nesse momento discute a participação no seu cotidiano escolar onde os seus atores tendem a fazer parte desses debates de maneira a serem participativos com práticas de vivências, ações conjuntas e coletivas. Sabe-se que ações democráticas implementadas no ambiente escolar público, com suas demandas não serão resolvidas sozinhas, mais o exercício de cidadania e participação, a criação das políticas educacionais voltadas para atender as demandas sociais e ser capaz de definir suas ações e objetos educacionais segundo a necessidades do ambiente escolar, isso tende a gerar grande potencialidade na melhoria do processo educativo.

Do ponto de vista do planejamento democrático, a participação garante o controle da autoridade por parte do povo. O autor Bordenave (1983, p.13) afirma “Quando a população participa da fiscalização dos serviços públicos estes tendem a melhorar em qualidade e oportunidade”. A participação familiar na gestão democrática é o retrato de um novo cenário da escola pública, onde outrora se negava o direito aos responsáveis dos alunos e familiares dentro do ambiente escolar, focando somente o seu interesse centralizador onde prevalecia o autoritarismo que hoje deu lugar a um ambiente participativo e de dialogo na maioria das escolas publicas.

Diante desse novo cenário a pesquisa foca essa participação como positiva para todos que convivem no ambiente escolar e diante das considerações aqui citadas percebe-se como relevante que a família trilhe caminhos participativos na escola, Nesse sentido, os resultados da pesquisa realizada em uma escola municipal de Fortaleza-CE, revelam que a escola realmente vive um novo momento, o da construção da autonomia e do coletivo, sendo prioridade de seus agentes a participação e o diálogo, no sentido de rever velhas práticas para a construção do novo, principalmente a de rever o PPP da escola, isso após uma reflexão sobre a forma de melhorar a participação da comunidade e pais na reconstrução do PPP fortalecendo os laços de interação já construídos.

Embora fosse constatado que a família ainda precisa refletir melhor junto com a gestão sobre suas várias formas de participação, vale lembrar que essas questões

reabriram possibilidades do novo ser vivenciadas no cotidiano da escola. Pois é essencial o envolvimento de todos nesse processo, devido à necessidade dessa construção coletiva que gera comunidade e pais conscientes do seu papel na mudança de uma escola nova, com mais flexibilidade e diversificação de estratégias para atrair a todos da comunidade e da família, para uma participação contínua e diária, na espera de resultados e subsídios para uma escola pública de excelente qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Antônio de Oliveira Projeto político pedagógico: **Um novo paradigma da gestão escolar/** Luiz Antônio de Oliveira e Araujo. 20 Ed. Florianópolis: UNDESC/CEAD, 2002.

ARAÚJO, Alexandre Viana. **Política Educacional e participação Popular:** um estudo sobre esta relação no município de Camaragibe-PE. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação, 2003 (Dissertação de Mestrado).

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Administração e a escola cidadã.** ANPAE. Porto Alegre, V.15, N.2, P217-226, Jul./dez.1990.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação.** Editora Brasiliense. São Paulo: 1983.

BORDIGNON. Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação:** município e escola. IN; FERREIRA, N. S. E Aguiar, M. A. (orgs) Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

**Brasil. Constituição, 1934.**

\_\_\_\_\_. **Constituição, 1946.**

\_\_\_\_\_. **Constituição , 1988.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4024, de 20 de Dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

CUNHA, I.a.a Educação Nova Constituição. **Revista da Associação Nacional de Educação – ANDE,** Ano 6 , nº 12, p.5-10 , 1987.

CUNHA, Pedro D'Orey, da. Desenvolvimento do novo modelo de administração e gestão das escolas e aprofundamentos. **Inovação,** 8,1995.

CURY, Carlos R. Jamil. **Católicos e liberais.** 4ed. São Paulo: Cortez, 1988.

CURY, Carlos R Jamil. **Os conselhos de educação e gestão dos sistemas.** In: Ferreira, N.S. C; Aguiar M.A(Orgs). Gestão da educação: impasses perspectivas e compromissos. São Paulo: 2000

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 5,ed.São Paulo:Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **A nova LDB:** ranços e avanços. Campinas: Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os desafios modernos da educação.** Petrópolis, Vozes, 1993.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A escola dos dirigentes escolares: políticas de gestão da educação no Brasil.** In: Ferreira. Naura Syria C. São Paulo: Cortez, 1996.

DRABACH, N.P. **Primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil: Nos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades.** 2009,81F. Monografia (Especialização em gestão escolar)-Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

DRABACH, Neila Pedrotti. **A Construção Política do Princípio da Gestão Democrática na legislação Educacional: Marcas de um passado e de um presente.** Anais EDUCERE, Curitiba, 2009.

FISCHMANN, Roseli (coord.) **Temas e estudos. Escola Brasileira.** São Paulo: Atlas, 1987.

FIGUEIRÓ, Ana Lucia: **Convivência Democrática: escola e comunidade.** Florianópolis: Florianópolis: UNDESC/CEAD, 2002.

FREIRE, Paulo. : **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: paz e terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa.** São Paulo: paz na terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** São Paulo: paz na terra, 1997.

GUARINELLO: Norberto L. **Cidades-estados na antiguidade clássica.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassaneze. (orgs). Historia da cidadania. São Paulo: contexto, 2003.

HORA, Dinair Leal Da. **Gestão Democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.** 2ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

KELLER- LAINE, K. **Parents as partners in schooling: The current state of affairs.** Childhood Education, 1998.

LUCK, Heloísa. **Perspectiva da gestão escolar e ampliações quanto a formação de seus gestores.** In: em aberto. V.17, N.72,PP-11-33,Fev./Jun. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais:Brasília,2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e pratica.** Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa. **Planejamento em orientação educacional.** Petrópolis: Vozes, 2004.

LUCK, Heloísa, **a gestão participativa na escola/ Heloísa Luck.** 9 ed.- Petrópolis,RJ:Vozes,2011.Serie cadernos de gestão.

LIBÂNIO, Jose Carlos. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNIO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MEC. PROGRAMA Nacional de fortalecimento dos conselhos escolares: **uma estratégia de gestão democrática da educação pública**/.Elaboração: Genuíno Bordignon-Brasília: MEC, SEB, 2004.59P.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão educacional**: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: vozes, 2005.

PUIG. J. MARTIN, x; ESCARDIBUL, S; NOVELLA, **A democracia e participação escolar**: propostas de atividades. São Paulo: Moderna, 2000.

PARO Victor Henrique. **Eleições de diretores**: a escola publica experimenta a democracia. Campinas: papiros, 1996.

PARO. Victor Henrique. **Gestão da escola publica**. A participação da comunidade. Revista Brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, 1992

\_\_\_\_\_ **O principio da gestão Escolar Democrática no contexto da LDB**, Texto digitado, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_ **Educação para democracia**: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino.In: PARO, Vitor Henrique.**Escritos sobre a educação**.São Paulo,2000

PARO Victor H. **Por dentro da escola publica** São Paulo: Xamã editora, 1996.

RESENDE, Ênio. Cidadania: **O remédio para as doenças culturais brasileiras**. São Paulo: Summus, 1992.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: líber livro Editora, 2005.

SANDERS, M, g., &Epstein, J.I. **International perspectives on School, Family and community Parternships**. Childhool Education, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **VI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 4 á 6 set. 1995 . Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do RiO de Janeiro.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SOUSA, Ana Paula e Filho, Mario José: **A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional**. Revista Ibero-americana de Educacion, Organizacion, 2008.

Szymanski, H. **A relação família-escola**: Desafios e perspectivas, Brasília: 2001.

TAVARES, M. das G.M. **Educação Brasileira e Negociação Política**: o processo constituinte de 1987 e a gestão democrática. Maceió: EDUFAL, 2003.

VASCONCELOS, Celso. **Planejamento**: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto-Político - Pedagógico – Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Liberta 2000.

VEIGA, ILMA.P.A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

01-Você acha que a participação da família nas atividades dessa escola está satisfatória?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

2- Você acredita que a participação da família é importante para o bom desempenho do aluno?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

3- Como a escola pode levar a família a ser mais participativa, tendo como foco principal o melhor desempenho do aluno?

( ) Através de reuniões , de palestras e do conselho escolar.

( ) Com assinatura de notas somente.

( ) Participando da construção do PPP da escola.

4- As instituições que representam a comunidade (conselho escolares, associações de pais e mestres entre outras) devem ser convidados para participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

( ) Totalmente ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

5- Você se sente responsável pela execução das ações definidas no Projeto Político Pedagógico? Já que ele é um método que convoca ser participativo dentro da escola.

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

6- O que é para você gestão democrática?

( ) Uma gestão que resolve tudo sozinha.

( ) Uma gestão que controla e avalia as ações da escola sem ouvir nenhum segmento .

( ) Uma gestão que discute ,planeja , ouve , delibera e soluciona os problemas da escola junto com a comunidade escolar.

07-Você considera que em sua escola há uma gestão democrática?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

08-Caso não considere a gestão de sua escola democrática, qual a razão?

---

09-Você acredita na ação transformadora do Projeto Político Pedagógico e da gestão democrática participativa quando construídos coletivamente?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

10- Para você uma gestão democrática que tem a participação da família nas suas atividades propostas é essencial para um excelente desempenho escolar?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

11- Que tipo de participação em sua opinião, as famílias devem ter na vida escolar dos filhos?

---

12- Cite exemplos de ações/atividades desenvolvidas pela escola para promover essa participação da família.

---

13- O que a gestão escolar democrática poderia promover para viabilizar essa participação da família?

---

Respondi como segmento (  ) professor (  ) funcionário

## ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DESTINADO AO GESTOR ESCOLAR

01- Como Gestor você acha que a participação da família nas atividades proposta escola é importante?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

02- Você acredita que a participação da família é importante, para o bom desempenho do aluno?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

03- Como a escola pode levar a família a ser mais participativa, tendo como foco principal o melhor desempenho do aluno?

---



---

04- As instituições que representam a comunidade (conselho escolares, associações de pais e mestres entre outras) devem ser convidados para participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

( ) Totalmente ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

05 - Você se sente responsável pela execução das ações definidas no Projeto Político Pedagógico? Já que ele é um método que convoca ser participativo dentro da escola.

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

06-O que é para você gestão democrática?

---



---

07-Você considera que em sua escola há uma gestão democrática?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( ) outros\_\_\_\_\_

08-Escreva as suas razões e motivos de considerá-la uma escola democrática.

---



---

09-Você acredita na ação transformadora do Projeto Político Pedagógico e da gestão democrática participativa quando construídos coletivamente?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

10- Para você uma gestão democrática que tem a participação da família nas suas atividades propostas é essencial para um excelente desempenho escolar?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente ( )  
(Porquê?)\_\_\_\_\_

---



---

11- Que tipo de participação em sua opinião, as famílias devem ter na vida escolar dos filhos?

---



---

12- Cite exemplos de ações / atividades desenvolvidas pela escola para promover essa participação da família.

---

---

13- O que a gestão escolar democrática poderia promover para viabilizar essa participação da família?

---

---

**ANEXO 3- QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PAIS**

01-Você participa das atividades promovidas pela escola?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

02- Essa participação é de forma ativa visando bom desempenho do seu filho?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

03- Você reconhece a importância dessa participação tanto para a escola quanto para a família?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

04- Quais momentos você costuma participar das atividades da escola?

- ( ) Nas reuniões bimestrais escolar .  
( ) Nas reuniões do conselho escolar.  
( ) Nos eventos da escola.  
( ) Nas atividades de casa ( Extra escola).  
( ) Nas palestras realizadas pela escola.

05- O que é para você uma gestão escolar democrática?

- ( ) Uma gestão que resolve tudo sozinha.  
( ) Uma gestão que trabalha com a participação de todos na escola .  
( ) Uma gestão participativa que discute ,planeja ,ouve delibera e soluciona os problemas da escola junto com a comunidade escolar.

06-Você considera que em sua escola há uma gestão democrática?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

07-Você considera que a participação da família na escola é importante para o desempenho do aluno?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

08-Você acha que para esse desempenho seja progressivo/positivo é fundamental que a família:

- ( ) Seja participativo nas atividades diárias do aluno e nas atividades propostas pela escola.  
( ) Somente garanta que o filho vá para a escola.

09- Ter qualidade de ensino para você é quando:

- ( ) Se tem uma participação efetiva de todos da escola da família , nas atividades diárias do filho.  
( ) Não ser participativo e vir na escola somente nas reuniões bimestrais.

10- Quais atividades de participação da família na escola você considera relevantes? (Pode marcar mais de uma opção)

- ( ) As reuniões em geral.  
( ) As atividades que envolve o aprendizado dos alunos junto com a participação dos pais?  
( ) Reuniões do Conselho Escolar.

11- Para você o que é participar da escola do seu filho? Cite um exemplo de participação sua na escola do seu filho (a):

---

---

12- Que tipo de atividade promovida pela escola mais atrai sua participação? Cite exemplos.

---

---

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**Universidade Aberta do Brasil - UAB**  
**Universidade Federal de Santa Maria - UFSM**  
**Centro de Educação - CE**  
**Curso de Especialização em Gestão Escolar - EAD**

---

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando uma pesquisa sobre a gestão democrática e a participação da família na escola visando à qualidade educacional. A referida pesquisa é parte do nosso processo de formação no curso de Especialização em Gestão Educacional. O curso está sendo ofertado pela Universidade Federal de Santa Maria, sendo cursado à distância através do ambiente de aprendizagem virtual MOODLE.

O objetivo é coletar dados para compreender quais ações da gestão democrática favorecem a participação da família em uma escola do sistema municipal de Fortaleza-CE.

Informamos que a participação neste estudo é livre e deixamos claro o total sigilo e privacidade da identificação dos sujeitos.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido as dúvidas, \_\_\_\_\_  
 concorda com os procedimentos que serão realizados autorizando que sejam respondidos questionários, apenas para a coleta de dados, não permitindo sua identificação.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (a) entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
 Assinatura da entrevistadora